



Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a

(Orçamento do Estado para 2023)

PROPOSTA DE ADITAMENTO

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, Deputada Única abaixo assinada apresenta a seguinte proposta de aditamento à Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a:

«Artigo 135.º-A

Plano de Proteção e Despoluição do Rio Paiva

Em 2023, o Governo prevê a criação de um grupo de trabalho, que englobe as autarquias locais, organizações não-governamentais e comunidade científica, para a execução e implementação de um plano de monitorização, despoluição, valorização e defesa da sustentabilidade do rio Paiva e afluentes, em conformidade com a Resolução da Assembleia da República n.º 261/2021.»

Palácio de São Bento, 11 de novembro de 2022.

A Deputada Única,

Inês de Sousa Real

Objetivos:

A Assembleia da República aprovou em 22/10/2021 uma Resolução (Resolução da Assembleia da República n.º 261/2021) que recomenda ao Governo que tome medidas para monitorização, despoluição, valorização e defesa da sustentabilidade do rio Paiva e afluentes.

Sendo o rio Paiva um dos últimos rios de montanha, livre de barragens, e classificado como



Zona Especial de Conservação (ZEC) da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de julho), além de ser um destino turístico muito procurado, é fundamental garantir a sua salvaguarda e conservação tendo em conta que continuam a existir denúncias relacionadas com descargas poluentes em vários troços do rio além de outras ameaças à conservação da sua biodiversidade.

Durante anos, o rio Paiva foi considerado um dos “rios mais limpos da Europa” sendo esse estatuto reconhecido no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 elaborado pelo ICNF, no qual é referido que “em termos de qualidade da água, o Rio Paiva é considerado um dos melhores da Europa, assumindo bastante importância para a conservação da fauna aquática e ribeirinha”.

Este estatuto tem sido ameaçado pelas descargas poluentes de Estações de Tratamento de Águas Residuais, instalações pecuárias, agricultura e pedreiras. Em 2022, foram apresentadas inúmeras denúncias relacionadas com descargas efetuadas pelas pedreiras junto à nascente do rio Paiva, no concelho de Moimenta da Beira, situação que levou a Agência Portuguesa do Ambiente a intervir novamente no sentido de tentar travar as descargas.

Noutros troços do rio mais a jusante, tem sido detectada a presença de salmonella o que tem afetado bastante o turismo e coloca em risco a saúde pública, tendo em conta que este rio é muito procurado para a prática balnear e para captação de água para consumo e para a agricultura.

Neste sentido, é urgente que o Governo disponibilize verbas para o cumprimento da Resolução aprovada pela Assembleia da República no sentido de garantir a salvaguarda deste património natural.